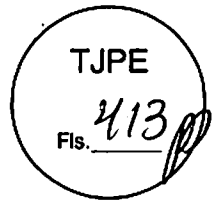




Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 17500-17.2012.8.17.0000 (284531-4)

RELATOR P/

ACÓRDÃO: DES. CÂNDIDO J F SARAIVA DE MORAES

AGRAVANTE: TANAGRA RODRIGUES VALENÇA TENÓRIO ROCHA

AGRAVADA: ANA CLÁUDIA DE AQUINO CARNEIRO

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL E DO CONSUMIDOR.

AGRAVO DE INSTRUMENTO. CUMPRIMENTO DE SENTENÇA.

DESISTÊNCIA COMPRA E VENDA DE IMÓVEL. DEVOLUÇÃO DOS

VALORES. DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA.

AUSÊNCIA DE NUMERÁRIO EM NOME DA CONSTRUTORA.

POSSIBILIDADE DE PENHORA DE BENS PARTICULARES DE EX-

SÓCIA. ABUSO DE DIREITO E CONFUSÃO PATRIMONIAL.

ARTIGO 28, §5º, DA LEI 8.078/90. RECURSO IMPROVIDO.

- Em casos excepcionais, autoriza-se a responsabilização pessoal do sócio por dívidas societárias, entendendo que a sociedade deixou de ser sujeito de direitos para se transformar em instrumento a serviço dos seus sócios para prática de fraudes e abuso de direito, prejudicando terceiros titulares de direitos creditórios;

- A pessoa jurídica executada não possui qualquer depósito em conta ou aplicação financeira;

- Circunstância suficiente para desconsiderar a autonomia do seu patrimônio por constituir obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à consumidora. Inteligência do artigo 28, §5º, do CDC;

18m



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

- Hipótese em que a Agravante, embora tenha se retirado da sociedade há mais de dois anos, possui R\$ 498.900,00 em ações da maior cotista da pessoa jurídica executada;
- Caracterização de abuso de direito e confusão patrimonial a obstar o ressarcimento de prejuízo de consumidor, ensejando a aplicação da teoria menor da penetração e redirecionar o procedimento executivo à Agravante, detentora de patrimônio notável à míngua de qualquer numerário em favor da executada.

A C Ó R D ã O

Vistos, relatados e discutidos estes autos, em que figuram como partes as nominadas acima, **ACORDAM** os Senhores Desembargadores integrantes deste órgão fracionário, por maioria de votos, em **NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO**, de conformidade com o Termo de Julgamento e votos que integram este julgado.

Sala de Sessões, em

160813

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Relator designado p/ acórdão



4ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 284531-4

Agvte: Tanagra Rodrigues Valença Tenório Rocha

Agvdo: Ana Cláudia de Aquino Carneiro

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

RELATÓRIO

Tanagra Rodrigues Valença Tenório Rocha interpôs agravo de instrumento em face da decisão do MM. Juízo de Direito da 14ª Vara Cível da Comarca do Recife/PE, proferida em fase de cumprimento de sentença (Proc. nº 0024563-42.2002.8.17.0001), que promoveu com a desconsideração da pessoa jurídica da empresa G.C. Tenório Empreendimentos Ltda e, por conseguinte, determinou o bloqueio, via sistema BACEN-JUD, do patrimônio da agravante para garantir o crédito da agravada.

Consta dos autos que, em 18.12.01, a agravada adquiriu da empresa G.C. Tenório Empreendimentos Ltda o aptº 704 do edif. Praia de Itaguaçu, localizado na rua Sá e Souza, s/nº, Boa Viagem, Recife/PE, no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), tendo honrado tempestivamente todos encargos assumidos (entrada e prestações), tendo pago, em junho/02, um total de R\$ 26.523,66 (vinte e seis mil quinhentos e vinte e três reais e sessenta e seis centavos).

Insatisfeita, notificou extrajudicialmente a empresa demandada dando-lhe ciência de seu intuito de desistir do negócio contratado, contudo, não obteve qualquer retorno, razão pela qual ajuizou uma "Ação Ordinária de Rescisão Contratual com Pedido de Restituição de Quantia Certa", cujos pedidos foram julgados procedentes, contudo, em sede de cumprimento de sentença nenhum bem da devedora foi encontrado, razão pela qual, a requerimento da credora, foi deferido o pedido de despersonalização daquela pessoa jurídica e, por conseguinte, incluída a agravante no pólo passivo da demanda.

Em suas razões recursais, defende a recorrente:

- a) ser viúva do empresário Gilmar Tenório Rocha, falecido em trágico acidente aéreo ocorrido em São Paulo/SP no ano de 2007;
- b) que não houve a intimação pessoal da empresa devedora para pagamento do débito mas apenas de seus antigos patronos;
- c) que há mais de 10 (dez) anos se retirou dos quadros da sociedade G.C. Tenório Empreendimentos Ltda, razão pela qual não pode ser responsável pelo pagamento do débito pretendido pela credora;
- d) que a executada é uma empresa saudável e possui patrimônio suficiente para garantir a obrigação;

e) não estarem configurados nos autos os requisitos legais para a decretação da desconsideração da personalidade jurídica da devedora.

Contra-razões às fls. 386/391.

É o relatório.

Encaminhem-se os autos à pauta de julgamento.

Recife, 18 de *Julho* de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Eurico de Barros Correia Filho
Des. Relator

tc

4ª CÂMARA CÍVEL

Agravo de Instrumento nº 284531-4

Agvte: Tanagra Rodrigues Valença Tenório Rocha

Agvdo: Ana Cláudia de Aquino Carneiro

Relator: Des. Eurico de Barros Correia Filho

VOTO

Em que pese o disposto nas razões recursais, o fato é que a pretensão da agravante visa reformar a decisão do Juízo a quo que promoveu com a desconsideração da personalidade jurídica da empresa G.C. Tenório Empreendimentos Ltda e, por conseguinte, determinou o bloqueio, via sistema BACENJUD, do patrimônio pessoal da recorrente para garantir o pagamento do crédito da agravada.

O fundamento da pretensão recursal está no fato de que, segundo consta na exordial, a recorrente não mais integra o quadro societário da empresa devedora desde 11.06.2002, conforme instrumento de alteração contratual acostado às fls. 17/20.

Compulsando o feito, observo que tal afirmação está devidamente comprovada conforme 9ª alteração contratual da empresa GC Empreendimentos Imobiliários Ltda, devidamente registrado e deferido perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo/SP (sede da empresa), conforme se observa nos documentos de fls. 17/21 e 22.

Com efeito, o instituto da desconsideração da personalidade jurídica de uma empresa encontra previsão legal tanto no Código Civil/02 (art. 50), como no Código de Defesa do Consumidor (art. 28)., sendo que, no caso em apreço, por se tratar de relação consumerista, hão de ser aplicadas as disposições do CDC, que assim estabelece:

Art. 28. O juiz poderá desconsiderar a personalidade jurídica da sociedade quando, em detrimento do consumidor, houver abuso de direito, excesso de poder, infração da lei, fato ou ato ilícito ou violação dos estatutos ou contrato social. A desconsideração também será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por má administração.

§ 1º (Vetado).

§ 2º *As sociedades integrantes dos grupos societários e as sociedades controladas, são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.*

§ 3º *As sociedades consorciadas são solidariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes deste código.*

§ 4º *As sociedades coligadas só responderão por culpa.*

§ 5º Também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Todavia, não obstante o disposto no aludido dispositivo legal, cumpre ser registrado que está em discussão no presente recurso a possibilidade de o credor atingir o patrimônio pessoal de um sócio já retirado da empresa vários anos após a decisão judicial que decretou a despersonalização daquela pessoa jurídica.

No caso em apreço, as seguintes datas são necessárias para a compreensão da demanda:

- 18.12.01 - contrato de cessão de direitos de promissário comprador (referente ao aptº 704do edf. Praia de Itaguaçu) firmado entre a agravante e o antigo promitente comprador do bem, Heitor Lacerda de Oliveira, havendo expressa participação e anuência da empresa Tenório Empreendimentos Imobiliários Ltda (fls. 50/51).
- 26.06.02 - notificação extrajudicial onde a recorrente comunica àquela empresa sua desistência no aludido negócio jurídico (fls. 50v);
- 09.08.04 - deferimento pela Junta Comercial do Estado de São Paulo da retirada da agravante do quadro societário da empresa Tenório Empreendimentos Imobiliários Ltda (fls. 22);
- 24.07.12 - decisão do Juízo a quo deferindo a desconsideração da personalidade jurídica da empresa ré/executada e determinando que o patrimônio pessoal da agravante passe a responder pelo crédito da agravada (fls. 28/28v).

Diante destes elementos, observa-se que a desconsideração da personalidade jurídica da empresa Tenório Empreendimentos Imobiliários Ltda promovida pela decisão agravada ocorreu quase 08 (oito) anos após a JUCESP ter deferido a retirada da agravante do quadro societário daquela firma.

Acontece, contudo, que nas hipóteses de saída de um sócio da sociedade, o parágrafo único do art. 1.003 do Código Civil/2002 estabelece um prazo máximo de 02 (dois) anos para que o antigo sócio fique responsável pelas obrigações perante a sociedade ou terceiros, a saber:

Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.

No caso em apreço, conforme acima destacado, a decisão agravada foi proferida quase 08 (oito) anos após a retirada da agravante da empresa

devedora, o que, portanto, afasta sua responsabilidade pelo crédito perseguido pela agravada.

Assim sendo, caberá o redirecionamento da execução alcançar os sócios atuais da empresa Tenório Empreendimentos Imobiliários Ltda ou que há menos de 02 (dois) anos se retiraram da sociedade.

Registro, por fim, que consultando o sistema JUDWIN 1º Grau verifiquei que não existe na ação originária qualquer notícia no que se refere a efetivação de bloqueio (BACENJUD) nas contas da agravante.

Isto posto, voto no sentido de conceder **provimento** ao presente recurso.

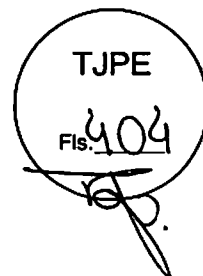
Recife, 07 de  de 2013.

Eurico de Barros Correia Filho
Des. Relator

Tc



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



4ª CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO 17500-17.2012.8.17.0000 (284531-4)

RELATOR: DES. EURICO DE BARROS CORREIA FILHO
AGRAVANTE: TANAGRA RODRIGUES VALENÇA TENÓRIO ROCHA
AGRAVADA: ANA CLÁUDIA DE AQUINO CARNEIRO

V O T O V I S T A

Pedi vista dos autos para exame mais acurado da questão. Assim, peço vênica para apresentar breve relato processual, com a expectativa de melhor subsidiar o convencimento dos eminentes pares na solução da contenda.

Trata-se de agravo de instrumento contra decisão na qual, em sede de cumprimento de sentença, desconsiderou a personalidade jurídica da sociedade G. C. EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA., depois de constatada a inexistência de qualquer ativo financeiro em seu nome, determinando o bloqueio eletrônico da quantia de R\$ 61.181,40 (sessenta e um mil, cento e oitenta e um reais e quarenta centavos) pertencentes à sócia TANAGRA RODRIGUES VALENÇA TENÓRIO ROCHA, ora Agravante (fls. 28).

O Togado de piso asseverou ser prática comum do grupo empresarial a confusão patrimonial entre as pessoas que o formam, "numa tentativa clara de obstaculizar o desenvolvimento de cobranças na via judicial".

Cgm



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Esclareço que o título executivo judicial obtido pela Agravada julgou procedente a "Ação Ordinária de Rescisão Contratual com Pedido de Restituição de Quantia Certa", determinando a devolução de valores oriundos da desistência do contrato de compra e venda do Apt. 704 do Edf. Praia de Itaguaçu, Rua Sá e Souza, Boa Viagem, Recife-PE, autorizando a retenção de 10% (dez por cento) pela construtora.

Em seu arrazoadado recursal (fls. 02/14), a Agravante, noticiando ser viúva do empresário então dirigente do grupo econômico da qual faz parte a executada (G.C. TENÓRIO), alega necessidade de intimação pessoal da empresa devedora para pagamento do débito, sendo inválida a comunicação dirigida somente aos antigos patronos.

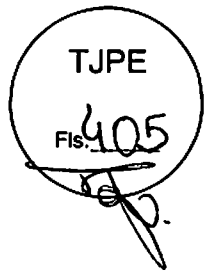
Aduz não integrar os quadros sociais da G.C. TENÓRIO há mais de 10 (dez) anos, sugerindo que ser executada empresa solvente, com patrimônio suficiente para garantir a execução, aludindo, ainda, à ausência dos requisitos legais para desconsideração da personalidade jurídica.

A Agravada apresentou contrarrazões (fls. 386/391, v.2), alegando que a Agravante integrava a sociedade à época da assinatura do contrato objeto da lide.

Argumenta que houve desvio de finalidade da empresa, o que seria corroborado pelos documentos enviados pela Receita Federal, nos quais a Recorrente é detentora de patrimônio notável, ao passo que a G.C. TENÓRIO não possui qualquer ativo financeiro.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



Requer, assim, seja mantida a decisão que desconsiderou a personalidade jurídica da executada para atingir o patrimônio da Agravante.

Durante a sessão de julgamento da 4ª Câmara Cível realizada em **07.02.2013**, o eminente Relator votou pelo provimento do recurso, considerando o transcurso de quase 8 (oito) anos entre a retirada da sócia devidamente averbada perante a Junta Comercial e a decisão agravada, excedendo o prazo de 2 (dois) anos nos quais o antigo sócio deve responder solidariamente pelas obrigações sociais assumidas perante a sociedade ou terceiros, nos termos do art. 1.003 do Código Civil¹ (fls. 398/400).

Sua Excelência asseverou caber o redirecionamento da execução apenas aos atuais sócios da executada ou aqueles que se retiraram da sociedade há menos de 2 (dois) anos.

Brevemente relatado, decido.

O cerne da questão reside na possibilidade de aplicação da teoria da desconsideração da pessoa jurídica na hipótese em tela, para atingir diretamente o patrimônio de pessoa física que a compõe ou compunha.

¹ Art. 1.003. A cessão total ou parcial de quota, sem a correspondente modificação do contrato social com o consentimento dos demais sócios, não terá eficácia quanto a estes e à sociedade.

Parágrafo único. Até dois anos depois de averbada a modificação do contrato, responde o cedente solidariamente com o cessionário, perante a sociedade e terceiros, pelas obrigações que tinha como sócio.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Segundo as regras da limitação da responsabilidade dos sócios e da separação patrimonial, decorrente da personalidade própria da pessoa jurídica, é possível concluir que os sócios, via de regra, não respondem pessoalmente pelas obrigações assumidas em nome da sociedade.

Todavia, a autonomia patrimonial e a limitação da responsabilidade não se constituem direitos absolutos e a ilação comporta exceções, para possibilitar o "descobrimento da verdade através do levantamento do véu da personalidade jurídica", quer dizer, para evitar que regras gerais sejam utilizadas para causar prejuízos à sociedade e indenar os beneficiários, efeito a ser afastado pelo direito moderno, como corolário da boa-fé das relações intersubjetivas.

Com efeito, em casos excepcionais, autoriza-se a responsabilização pessoal do sócio por dívidas societárias, entendendo que a sociedade deixou de ser sujeito de direitos ao se transformar em instrumento a serviço dos seus sócios para prática de fraudes e abuso de direito, prejudicando terceiros titulares de direitos creditórios.

Tal teoria, oriunda do *Disregard of legal entity* existente no *common law* e do *Durchgriff* germânico, dentre outros institutos estrangeiros, vinha sendo reconhecida pela jurisprudência pátria antes da entrada em vigor do art. 50 do CC/2002².

² Art. 50. Em caso de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade, ou pela confusão patrimonial, pode o juiz decidir, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo, que os efeitos de



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. 406

O art. 28 do CDC prevê, como hipóteses de aplicação da desconsideração da personalidade jurídica, o abuso de direito, o excesso de poder; infração à lei; o fato ou ato ilícito (desvirtuado de sua finalidade), a violação dos estatutos ou do contrato social, a falência ou o estado de insolvência, o encerramento ou a inatividade provocados por má administração.

Destaque-se a redação do § 5º do art. 28, segundo a qual: **"também poderá ser desconsiderada a pessoa jurídica sempre que sua personalidade for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores"**.

Ora, conforme consta dos autos, a pessoa jurídica executada não possui qualquer depósito em conta ou aplicação financeira (fls. 257/258).

Tal circunstância por si só, ao meu ver, é suficiente para desconsiderar o patrimônio da pessoa jurídica da executada na medida em que constitui obstáculo ao ressarcimento dos prejuízos causados à consumidora Agravada.

É a chamada teoria menor da desconsideração da personalidade jurídica na qual o elemento subjetivo é prescindível, contentando-se com o estado de insolvência do fornecedor somado à má administração da empresa, ou, ainda, com o fato de a personalidade jurídica obstar o ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares dos administradores ou sócios da pessoa jurídica.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Drs. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Ademais, embora a Agravante tenha se retirado da sociedade em 09.08.2004, conforme se observa da nona alteração do contrato social acostado às fls. 17/22, verifico que a Agravante possui R\$ 498.900,00 em ações da CPP-COMPANHIA PAULISTA DE PARTICIPAÇÕES (fl.290), maior cotista da G.C. EMPREENDIMENTOS LTDA. detentora de 14.850 das 15.000 cotas da sociedade (fl. 18).

Portanto, de acordo com os elementos constantes dos autos, entendo configurada a ocorrência de abuso de direito e confusão patrimonial a obstar o ressarcimento de prejuízo de consumidor, ensejando a aplicação da teoria menor da penetração e redirecionar o procedimento executivo à Agravante, que, por sinal, detém patrimônio notável à míngua de qualquer numerário em favor da executada, conforme se verifica das informações prestadas pela Receita Federal às fls. 288/303.

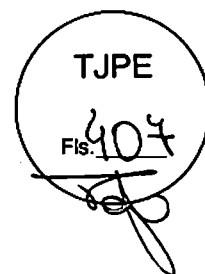
Demais disso, a Recorrente poderia ter indicado bens livres e desembaraçados da sociedade capazes de suportar a execução, i. e., poderia utilizar o benefício de ordem do art. 1.024 do CC³, para não responder pelas dívidas da sociedade.

Deve, portanto, prosseguir a execução sobre os bens pessoais da sócia, diante da presunção de fraude a direito de consumidor, aliado ao fato da Agravante não ter demonstrado a existência de bens pertencentes à sociedade executada.

³ Art. 1.024. Os bens particulares dos sócios não podem ser executados por dívidas da sociedade, senão depois de executados os bens sociais.



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete de Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes



A jurisprudência do STJ admite a aplicação da teoria da penetração em casos análogos, corroborando o posicionamento exposto, como podemos observar dos seguintes julgados, verbis:

.....

DIREITO DO CONSUMIDOR E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO FRUSTRADA. PEDIDO DE DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA. INDEFERIMENTO. FUNDAMENTAÇÃO APOIADA NA INEXISTÊNCIA DOS REQUISITOS PREVISTOS NO ART. 50 DO CÓDIGO CIVIL DE 2002 (TEORIA MAIOR). ALEGAÇÃO DE QUE SE TRATAVA DE RELAÇÃO DE CONSUMO. INCIDÊNCIA DO ART. 28, § 5º, DO CDC (TEORIA MENOR). OMISSÃO. OFENSA AO ART. 535 DO CPC RECONHECIDA.

1. É possível, em linha de princípio, em se tratando de vínculo de índole consumerista, a utilização da chamada Teoria Menor da desconsideração da personalidade jurídica, a qual se contenta com o estado de insolvência do fornecedor, somado à má administração da empresa, ou, ainda, com o fato de a personalidade jurídica representar um "obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores" (art. 28 e seu § 5º, do Código de Defesa do Consumidor). 2. Omitindo-se o Tribunal a quo quanto à tese de incidência do art. 28, § 5º, do CDC (Teoria Menor), acolhe-se a alegação de ofensa ao art. 535 do CPC. 3. Recurso especial parcialmente conhecido e provido. (REsp 111153/RJ, Rel. Min. Luis Felipe Salomão, 4ª Turma, DJe 04/02/2013)

.....

AGRAVO REGIMENTAL - AGRAVO DE INSTRUMENTO - AÇÃO DE EXECUÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - SÚMULA 283/STJ - **REQUISITOS PARA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA - ENTENDIMENTO OBTIDO DA ANÁLISE DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO - IMPOSSIBILIDADE DE REEXAME - APLICAÇÃO DA SÚMULA N. 7/STJ - CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR - APLICAÇÃO DA TEORIA MENOR - PRECEDENTE - RECURSO IMPROVIDO.**

(AgRg no Ag 1342443/PR, Rel. Min. Massami Uyeda, 3ª Turma, DJe 24/05/2012)

.....



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça de Pernambuco
Gabinete do Des. Cândido J. F. Saraiva de Moraes

TJPE

Fls. _____

Nesse diapasão, não vislumbro relevância nos fundamentos formulados para dar provimento ao recurso, mesmo porque a possibilidade de lesão grave e de difícil reparação é inversa, ao direito da Agravada, consumidora portadora de título executivo judicial transitado em julgado pendente de cumprimento.

Ante o exposto, pedindo vênias ao ilustre relator,
NEGO PROVIMENTO AO APELO.

É como voto.

Recife,

070313

Des. Cândido J F Saraiva de Moraes

Vogal



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL – 07/02/2013

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 284531-4 – RECIFE

AGRAVANTE: TANAGRA RODRIGUES VALENÇA TENÓRIO ROCHA

AGRAVADA: ANA CLAUDIA DE AQUINO CARNEIRO

RELATOR: DESEMBARGADOR EURICO BARROS

O RELATÓRIO ENCONTRA-SE À FL.394/395 DOS AUTOS.

O VOTO DO RELATOR ENCONTRA-SE ÀS FLS.398/400 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Pediria a Vossa Excelência só um esclarecimento. Desembargador Eurico, consta nos autos prova da averbação? Porque Vossa Excelência falou em 08 (oito) anos, e falou em 02 (dois) anos. Mas pergunto: consta essa averbação que faz mais de 02 (dois) anos que ela saiu da empresa?

DESEMBARGADOR EURICO BARROS (RELATOR)

Tem.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Desembargador Eurico, até complementando a manifestação do eminente Desembargador Alberto Virgínio, parece-me que à época que foi celebrado o negócio jurídico entre a agravada e a empresa, a agravante fazia parte do quadro societário. Então essa circunstância me faz entender que é pertinente a aplicação da Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica ter chamado Teoria da Penetração, nome até estranho, 'disregard of legal entity'. E essa circunstância foi há muito assegurada aos consumidores, para que eles pudessem assegurar créditos que se viam impossibilitados, ante a extinção irregular das pessoas jurídicas, que tornavam inviabilizado a pretensão das partes em receber créditos que possuíam de várias natureza contra aquelas empresas. Então se desentendeu, isso vem dos Estados Unidos, é fruto da árvore envenenada, que é uma maçã vindo de uma árvore envenenada colocada no barril, que poderá envenenar os outros frutos. Essa circunstância veio para se reconhecer que em alguns momentos se deveria desconsiderar a personalidade jurídica para viabilizar ao consumidor a única chance de ele receber o crédito, que era desconsiderando a personalidade jurídica, indo buscar daquele acionista que participava à época do fato, da relação societária. É muito fácil, saio da relação, a empresa fica falida, não tem bens, e todo

NT – Fernanda Santos – 4ªCCv – A.I. 284.531-4 - J. 07/02/2013

se julgamento



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

mundo fica no prejuízo. De modo que tenho uma posição um pouco diferenciada de Vossa Excelência, e até para facilitar o entendimento, vou pedir vênha para pedir vista dos autos, estarei entrando de férias, mas me comprometo a apresentar tão logo retorne, e teremos a convocação do Desembargador Alberto Virgínio, se o eminente par desejar antecipar o voto ou proferi-lo poderá fazer de imediato.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Nós, inclusive temos o entendimento que é muito salutar na nossa câmara e estendemos nas outras, de que quando um membro pede vistas é porque vai fazer um estudo, trazer esclarecimentos, e até ajudar no julgamento, pedindo licença ao Desembargador Eurico.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

Então Vossa Excelência aguarda o voto vista.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

Aguardo.

DECISÃO:

"APÓS O VOTO DO DES. RELATOR, DANDO PROVIMENTO AO RECURSO, PEDIU VISTA O DES. CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE), AGUARDANDO O DES. ALBERTO VIRGÍNIO (VOGAL) O VOTO VISTA."



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA

QUARTA CÂMARA CÍVEL 07 03 13

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 284531-4 RECIFE

AGRAVANTE: TANAGRA RODRIGUES VALENÇA TENÓRIO ROCHA

AGRAVADO: ANA CLÁUDIA DE AQUINO CARNEIRO

RELATOR: DESEMBARGADOR EURICO DE BARROS

FEITO ADIADO A REQUERIMENTO DO EXMO. SR. DESEMBARGADOR
CÂNDIDO SARAIVA EM SESSÃO REALIZADA EM 07.02.13.

VOTO VISTA ÀS FLS.404/407 DOS AUTOS.

DESEMBARGADOR CÂNDIDO SARAIVA (PRESIDENTE)

A composição está em divergência, na medida em que o Desembargador Relator Eurico de Barros Correia deu provimento ao agravo, e no voto vista, eu nego provimento ao apelo.

Colho voto.

DESEMBARGADOR ALBERTO VIRGÍNIO

O meu voto como vogal, Desembargador Cândido, coincide, exatamente, com o de Vossa Excelência, porque entendo que em razão do afastamento dela, essa responsabilidade da desconstituição da personalidade jurídica não se enquadra, como Vossa Excelência bem trouxe, através da farta jurisprudência tanto do STJ como no fundamento do voto de Vossa Excelência.

Eu peço licença ao Desembargador Eurico, também, para divergir de sua Excelência e negar provimento ao agravo.

DECISÃO:

"POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO AGRAVO DE INSTRUMENTO, DESIGNADO O DESEMBARGADOR PRESIDENTE PARA LAVRAR O ACÓRDÃO".

grat

2º julgamento